

CORONELISMO

Expressão usada para definir a estrutura de poder dos grandes proprietários e das oligarquias agrárias entre o fim do Império e o começo da República. O título ou a patente de "coronel" dos grandes proprietários rurais vem de sua participação na Guarda Nacional, criada em 1831. Durante o Império são eles que, com tropas particulares, asseguram a ordem interna. Com a República é extinta a Guarda Nacional, mas os coronéis mantêm o poder em suas terras e em áreas de influência. A partir da instituição do regime representativo e da ampliação do direito de voto, ganham importância os partidos políticos e as eleições. Mas são os coronéis, articulados nas oligarquias regionais, que garantem a eleição de candidatos dos governos federal e estadual durante a República Velha. Os coronéis fazem a propaganda dos candidatos oficiais, controlam o voto não-secreto dos eleitores e a apuração, chegando quase sempre ao resultado esperado.

"Coronel caudilho" nas coxilhas do Sul, "coronel de barranco" nos rios amazônicos do Norte, "coronel donatário" nos sertões do Nordeste ou "coronel empresário" na cafeicultura do Sudeste: os nomes variam, mas a estrutura de poder é a mesma. Os grandes proprietários e as oligarquias rurais trocam favores por voto: de botina e enxada a emprego público. Essa prática se apóia nas velhas relações paternalistas originárias da sociedade colonial e só começa a mudar a partir dos anos 30 e 40 com a urbanização e a industrialização. No interior do país ainda são os laços de fidelidade, lealdade e dependência econômica com os senhores de terras que condicionam o comportamento político da população local.

Almanaque Abril/1998 CD-Rom